



FDUC FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Filipa Marlene Magalhães Pinto

**OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA
DIPLOMACIA PORTUGUESA:
ASPECTOS ESSENCIAIS**

Relatório de Estágio apresentado à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra no âmbito do 2.º Ciclo de Estudos em Administração Pública Empresarial

Orientador do Relatório: Jónatas Eduardo Mendes Machado

Orientadora de Estágio: Graça Gonçalves Pereira

Coimbra 2016



*“A hora da diplomacia é agora. Nossa
interação com o resto do mundo deve
ser uma conversa, não um monólogo.”*

(Condoleezza Rice)

Agradecimentos

Este relatório que apresento é o culminar do percurso enquanto estudante de Coimbra do Mestrado em Administração Pública Empresarial.

Quero agradecer aos meus pais que me apoiaram em todas as decisões que tomei tanto no percurso académico como pessoal, e que acreditaram em mim mesmo quando eu duvidava das minhas decisões.

Ao Mário pela paciência, pelo carinho, e por estar sempre presente na hora de chegada.

Ao Dr. Jónatas pela paciência e pelo apoio que me deu neste percurso.

À Dra. Graça pelos conhecimentos passados durante o estágio.

À Dra. Anabela, à Dra. Cristina e à D. Fátima por tudo que me ensinaram nos 6 meses de estágio, e pelo carinho com que me acolheram.

Resumo

Os diplomatas enfrentam todos os dias diferentes desafios, aos quais é necessário responder de forma célere.

Este relatório tem como objetivo apresentar os principais desafios encontrados pelos diplomatas e como podem responder perante as adversidades.

O método usado na investigação do trabalho foi o qualitativo e a abordagem indutiva.

Conclui-se que os diplomatas têm de olhar para o futuro e trabalhar em equipa tanto com outros diplomatas, mas também com especialistas em áreas distintas, para conseguir responder de forma assertiva aos desafios.

Palavras-chave: diplomacia, diplomata, globalização, formação, trabalho em equipa.

Abstract

Diplomats face every day different challenges, which must be answered swiftly.

This report aims to present the main challenges faced by diplomats and how they can answer to adversity.

The method used in research work was the qualitative and inductive approach.

We conclude that the diplomats have to look to the future and work together both with other diplomats, but also with experts in different areas, to be able to respond assertively to challenges.

Keywords: diplomacy, diplomat, globalization, training, teamwork

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Índice	iv
1. Introdução	1
2. Revisão Bibliográfica	2
2.1. O desenvolvimento da diplomacia	2
2.2. Conceito de Diplomacia	2
2.3. Breves Notas Históricas	4
2.4. O Diplomata Português: Estatuto, Direitos e Deveres(IPRI)	10
2.4.1. Organização da carreira diplomática.....	10
2.4.2. Principais Funções do Diplomata.....	12
2.4.3. Elementos acessórios ou complementares.....	14
2.5. Transformação da diplomacia	15
2.5.1. Globalização.....	15
2.5.2. Tecnologia e segurança.....	19
2.6. Direitos Humanos	20
2.7. Serviço da Ação Europeu de Ação Externa	21
2.7.1. Europeização da diplomacia.....	21
2.7.2. Diplomacia em rede.....	21
3. Os Desafios Contemporâneos da Diplomacia Portuguesa	22
3.1. Introdução	22
3.2. Objetivos e Hipóteses	22
3.2.1. Terrorismo.....	23
3.2.2. Revolução tecnológica e a Comunicação Social.....	23
3.2.3. Fluxos migratórios.....	24
3.2.4. Diplomacia transformacional.....	25
4. Recomendações	27
4.1. Formação	27
4.2. Organização	29
4.3. Comunicação	29

4.4. Igualdade e inclusão.....	30
4.5. Recrutamento.....	31
5. Estágio Curricular no Centro de Formação do Ministério dos Negócios Estrangeiros	31
5.1. A experiência.....	31
5.2. Relação entre o estágio e os desafios contemporâneos dos diplomatas	33
6. Conclusão	34
Bibliografia	35
Legislação	44
Anexo I: Calendarização do Relatório	i

1. Introdução

Este trabalho enquadra-se no *Mestrado em Administração Pública Empresarial*. Trata-se de um estudo de opinião sobre “Os Desafios Contemporâneos da Diplomacia Portuguesa: Aspectos Essenciais” e como esses desafios podem ser ultrapassados.

Nas últimas décadas as mudanças têm-se feito sentir cada vez mais e mais rapidamente, com as novas tecnologias que nos invadem o dia-a-dia sem que percebamos, todos os dias há algo novo para aprender e conhecer, consequentemente a carreira diplomática e a diplomacia têm também passado por essas mudanças. Desta forma é necessário entender como essas mudanças estão a ser feitas e como poderão ser acompanhadas.

Desde o fim da Guerra Fria, a agenda internacional mudou consideravelmente – assim como a diplomacia. (Klavins, 2012, p. 1)

Uma característica do século XXI. que está a mudar o caráter da diplomacia é o uso de tecnologias avançadas de informação na comunicação moderna (Klavins, 2012, p. 1).

Os desafios para a diplomacia pública são causadas pelos diversos efeitos da globalização (como a velocidade de divulgação de notícias e de formulação de políticas, a concorrência para os governos de atores não-estatais) (Hunt, 2011, p. 10).

Diplomatas modernos devem aprender a compartilhar as suas competências com outros agentes, cientistas e intervenientes privados para trabalhar em conjunto. (College of Europe, 2011, p. 30).

2. Revisão Bibliográfica

2.1. O desenvolvimento da diplomacia

A palavra Diplomacia surgiu no século XVIII e chegou até nós através do francês, vindo da palavra grega Diploma (que significa dobrado ou enrolado) (Cabral, 2015, p. 62), há uma evidente referência aos documentos enviados pelo Estado na condução das funções diplomáticas, desempenhadas na época.

No entanto já nos séculos XIII e XIV na Itália, já se exercia a diplomacia, e segundo Nicolson é nesta época que surge a Diplomacia Moderna – *entendida como a arte da negociação e seus técnicos (Citado por (Doré, 2000, p. 14)).*

O autor João Cabral vai mais longe e referencia que o início da diplomacia surgiu quando:

- Foi aceite a liberdade religiosa dos diplomatas;
- Foi adotado o princípio da extraterritorialidade, *ou seja, o direito dos diplomatas serem regidos em países estrangeiros pelas leis de suas respectivas nações (Cabral, 2015, p. 63);*
- Tentaram soluções pacíficas através de Congressos.

2.2. Conceito de Diplomacia

A diplomacia assume dois momentos distintos na história e nos objetivos da sua atuação, até aos anos 80 a diplomacia tinha um modo de atuação mais clássico e o foco eram as *questões políticas, estratégicas e militares do Estado Soberano (Fernandes, 2013)*, a partir dos anos 80 a diplomacia focou-se nas *high politics* - segurança e estratégia.

Esta transformação deve-se a vários fatores como a globalização, que surgiu após a Guerra-Fria, permitiu a divulgação de notícias de forma mais rápida, três exemplos da transformação ocorrida são referidos por Xavier (2009, p. 1): *em 1865 a notícia da morte de Abraham Lincoln demorou 13 dias para atravessar o Atlântico e chegar à Europa. Em 1997,*

a notícia da quebra da Bolsa de valores de Hong Kong demorou 13 segundos para se alastrar pelo mundo e começar a quebrar outras bolsas.

A diplomacia do ponto de vista tradicional pode ser vista de duas perspectivas:

- *Como método de interação política a nível internacional (Schmidt, 2014, p. 4);*
- *Ou o meio pelo qual os Estados estabelecem ou mantêm relações mútuas, comunicam uns com os outros ou interagem política ou juridicamente, sempre através dos seus representantes autorizados (Brito, Coleção Biblioteca Diplomática do MNE, 2007) .*

A diplomacia ao longo dos anos tem-se harmonizado conforme as mudanças que vão surgindo, as circunstâncias levaram a uma evolução, conduziram à diplomacia moderna-diplomacia como a conhecemos hoje, que tem um papel ativo na esfera internacional.

O conceito diplomacia ganha assim novos contornos, *descreve as formas e meios pelos quais os Estados, associações de Estados e atores não estatais entendem culturas, atitudes e comportamentos; construir e gerir relacionamentos; e opiniões e ações de influência para fazer avançar os seus interesses e valores (Gregory, 2008, p. 2).*

Vários fatores, como a globalização, a regionalização ou localização, afetam a ordem e a interação internacional, causando novos desenvolvimentos na diplomacia. Estas tendências de descentralização e complexidade de todos os níveis de ação diplomática colocam desafios ao modelo tradicional da diplomacia do Estado, mudando assim o seu carácter e dando origem a novos tipos de entidades que participam na diplomacia. (Schmidt, 2014)

João Cabral no seu artigo intitulado *Aspetos da Evolução Histórica da Diplomacia Ocidental*, refere mesmo que *a contínua sofisticação dos mecanismos de negociações e a complexidade das questões negociadas pelos diplomatas modernos tornou imperiosa a necessidade da formação profissional (Cabral, 2015, p. 64).*

A diplomacia está intimamente ligada à carreira diplomática, aliás uma das funções praticadas pelos diplomatas é precisamente a diplomacia. E para perceber a evolução da

Diplomacia é necessário ver também a evolução da carreira diplomática, para onde se orienta, qual o caminho percorrido, e principalmente corrigir os erros cometidos no passado.

Para compreender o presente é necessário conhecer a história e o percurso que foi feito até aos dias de hoje, numas breves notas históricas estão resumidos os pontos principais que marcaram a evolução da diplomacia e da carreira do diplomata no século XXI.

2.3. Breves Notas Históricas

Desde a antiguidade que há conhecimento de representantes com poder político para estabelecer contato com outra unidade política, no entanto é a partir da Antiguidade Clássica que existem provas desses enviados. Mas como presente trabalho tem como objetivo apresentar também a carreira diplomática, irá ser falada a partir da Idade Moderna aquando do aparecimento dos primeiros embaixadores residentes.

Nesta época o povo acreditava que os mensageiros eram intocáveis, eram enviados pelos reis e, portanto, eram vistos como o próprio rei. Os mensageiros como o próprio nome indica levavam mensagens entre cidades e abordavam de negócios para o rei.

Durante a Idade Média era frequente os comerciantes exercerem funções diplomáticas, ou auxiliarem os enviados pelo papa, os comerciantes, por sua vez, aceitavam cumprir missões diplomáticas como forma de desenvolver seus negócios. (Doré, 2000, p. 15)

O papa Inocêncio IV com o propósito de promover a negociação entre a Europa Cristã e o Império Mongol (1243), enviou o franciscano Rubrouck para tentar saber quais as intenções do Império Mongol, mas a missão teve que ser camuflada numa missão de evangelização.

Aos enviados era dado pelo Khan uma table d'or, ou seja, uma tábua com os caracteres escritos em ouro, com a qual, como também o afirma Rubrouck, os viajantes atravessavam em segurança o reino mongol. (Doré, 2000, p. 15)

O século XIII houve uma revolução comercial e para o autor Doré (2000) foi o comércio que *transformou a velha e amadora diplomacia num serviço especializado*.

No século XV surgiu o primeiro embaixador residente, o senhor de Milão, Giangaleazzo Visconti. Começou aqui uma nova era para a carreira diplomática, onde os embaixadores enviados tinham residência fixa, e *estabeleceu-se novo tipo de regulamentação das relações internacionais em que o princípio do interesse nacional substituiu a confissão religiosa*. (Magnoli, 2006, p. 173)

Em 1618 teve início a Guerra dos Trinta Anos, para alguns autores, mais do que uma guerra, foi uma crise geral que marcou o século XVII como um século de estagnação ou até mesmo decréscimo demográfico e económico, discutindo-se apenas se a guerra teria sido uma das causas ou a maior consequência dessa situação de declínio e decadência gerais. (Magnoli, 2006, p. 172)

A França decide intervir na guerra em 1624, pela mão do cardeal Richelieu que assume a chancelaria, este mostrou-se hábil na arte estratégica da guerra, *introduziu uma abordagem moderna nas relações internacionais, com base no Estado-Nação e motivado pelo interesse nacional como sendo o seu propósito final* (Kissinger, 1994, p. 17)

A Guerra dos Trinta Anos só terminou na época do início do longo reinado de Luís XIV e do governo de seu chanceler, Mazarino. (Magnoli, 2006, p. 185)

Com o fim da guerra e a assinatura do Tratado de Westfália (1648), as relações internacionais ganharam novo alento, houve assim a construção da ordem europeia moderna em que a “razão de Estado” sobrepõe-se aos princípios religiosos medievais da soberania universal do Papado, que haviam sido a base das grandes monarquias nacionais. (Magnoli, 2006, p. 173)

O Tratado de Westfália para além da paz trouxe também resoluções no âmbito do sistema internacional de Estados (adaptado de (Magnoli, 2006, p. 195)):

- *É estabelecido o pressuposto de reciprocidades;*
- *Pactos para regular as relações internacionais;*

- *Os Estados deixam de estar sujeitos às normas morais externas a eles próprios e impõem uma lógica de dominação pragmática - “razão de Estado”;*
- *As relações internacionais são estabelecidas em função do reconhecimento da soberania dos Estados, independentemente da sua confissão religiosa.*
- *Foi a génese do Estado Moderno – como conhecemos agora.*

No século XVIII, no reinado de D. João V é criada a *Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra*, por alvará de 28 de Julho de 1736. A esta *Secretaria de Estado* ficaram a caber “ *todas as negociações com qualquer outra Corte; as nomeações dos Ministros, que houverem de servir-me nas ditas Cortes; as instruções, avisos, ordens e respostas dos mesmos Ministros, os despachos sobre a sua subsistência, os Tratados de paz, de guerra, casamentos, alianças, comércio, e quaisquer outros, que se celebrarem; as cartas para os Reis, Príncipes e quaisquer outras pessoas de fora dos meus Domínios; e as conferências com os ministros estrangeiros*”(ver *Visconde de Santarém, Quadro Elementar..., V, pp. CCXXXV e ss.; Eduardo Brazão, D. João V, Subsídios para a História do Seu Reinado, pp. 51 e ss.; A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros Criação de D. João V, Coimbra, 1978*) (Martínez, 1992, pp. 184-185)

Nas três últimas décadas do século XVIII ocorreram transformações que viriam a mudar o rumo a nível mundial:

- *Revolução Industrial em Inglaterra teve início em 1760;*
- *Independência dos Estados Unidos da América em 1776;*
- *Revolução Francesa que se iniciou em 1789 – mostrou a fragilidade do sistema internacional europeu.*

Inglaterra e França acabaram por dar forma a uma espécie de duelo entre Estados que dominou o cenário mundial até 1815. (Magnoli, 2006)

Em 1799 Napoleão ganha cada vez mais poder, iniciando um golpe de Estado, aqui a Europa sedenta de liberdade, fraternidade e igualdade (lema da Revolução Francesa) revoltava-se contra os privilégios das monarquias europeias.

No início do século XIX, durante o Império Napoleónico a França ganha influência, Napoleão recorria às suas capacidades diplomáticas, adquiridas quando desempenhou o

papel de funcionário diplomático, para negociar juntos dos opositores, acabou mesmo por tornar o francês a língua oficial utilizada para estabelecer negócios do foro internacional.

Em 1812 Napoleão que se considerava imbatível comanda as suas tropas para atacar a Rússia, o Czar Alexandre usa as forças da natureza da região e estratégia ofensiva para ganhar a guerra – começava a queda do Império Francês.

No ano seguinte Napoleão enfrenta a coligação de países inimigos, mas desta vez os franceses não foram para a frente de combate defender a nação. A Campanha da França termina com a Capitulação de Paris, em março de 1814. Resignado com a situação, não restava a Napoleão outra coisa a fazer que não abdicar. (Magnoli, 2006, p. 223)

Liderados pelo general Wellington, os exércitos ingleses, auxiliados pelas tropas prussianas, derrotam definitivamente aquilo que restava dos exércitos napoleônicos, na Batalha de Waterloo, na Bélgica, em junho de 1815. Era o ponto final das Guerras Napoleônicas. (Magnoli, 2006, p. 224)

Em 1815 em Viena os principais representantes das monarquias europeias reúnem e surgiu a Santa Aliança, o principal objetivo era restabelecer a ordem internacional e repor as fronteiras, assim como conter a dispersão das ideias revolucionárias cometidas por Napoleão, cedo perceberam que este último objetivo não poderia ser cumprido o povo já defendia o lema da Revolução Francesa.

Do Congresso de Viena que surge a regulação há muito aguardada – Regulamento das Categorias entre Agentes Diplomáticos.

O Congresso de Viena de 1815 tinha apenas 7 artigos mas vieram suprimir o problema das precedências, em 1818 surge o Protocolo de Aix-la-Chapelle, para completar a Convenção, houve consenso político entre os intervenientes, entre eles Portugal ¹ que estava também representado.

¹ *Na Europa, o primeiro movimento liberal português representou um dos aspetos do triunfo do “Regeneracionismo Liberal” (Portugal, Espanha, Itália e Grécia) face ao “Restauracionismo Realista”* (

A Revolução Industrial iniciada no século XVIII, ganha cada vez mais força, houve o progresso das comunicações internacionais, criou novas pressões sobre todas as máquinas governamentais, provocando um grande crescimento dos Ministérios e das Embaixadas. Com a redução das distâncias entre as sedes de governo das grandes potências europeias, a capacidade de ação e reação das embaixadas às questões do dia tornou-se quase instantânea. (Cabral, 2015, p. 64)

O século XX foi um século também de mudanças profundas na realidade internacional, em Portugal também não foi exceção.

Em Portugal em 1910, sucedeu a proclamação da República, o corpo diplomático que até aqui era constituído na sua maioria por aristocratas abre as portas a outras classes sociais. No ano seguinte a Lei Orgânica do MNE é reestruturada, o ingresso na carreira diplomática muda e surge a *introdução de* exames e concursos para o ingresso e progressão na carreira diplomática. (Oliveira, 2006, p. 147)

Na Europa a 28 de junho de 1914, o estudante bósnio Gavrilo Princip matou a tiro o sucessor do trono da monarquia Austro-Húngara e sua mulher. Perceções errôneas, avaliações de crise desastrosas sucederam-se, e a massa crítica que era a Europa entrou em reação em cadeia, levando o mundo à Grande Guerra, de 1914-18, e à Paz de Versalhes. A reação continuou: Segunda Guerra Mundial (1939-45), Guerra Fria (1945-89), conflito árabe-israelense, Guerra da Bósnia (1992-95), guerras do Golfo Pérsico. (Magnoli, 2006, p. 342)

Em 1919 é assinado o Tratado de Versalhes que visava promover a cooperação internacional e alcançar a paz e a segurança, através da organização Liga das Nações, esta organização deixou de existir aquando do início da Segunda Guerra, uma vez que a Liga não conseguiu evitar o conflito.

da França, Áustria e Prússia), definido pelo Congresso de Viena em 1814-1815 (Vargues, Cascao, Araujo, & Anacleto, 1993, p. 45)

Na década de 30 em Portugal, Salazar promove o Estado Novo, assumindo mais tarde, o lugar de Presidente do Conselho de Ministros e instaura o poder ditatorial, enquanto o poder político interno sofria alterações profundas, a Grã Bretanha e a França declaravam guerra à Alemanha - 3 setembro de 1939 (Taylor, 2005, p. v), começando a Segunda Guerra Mundial que se estendeu até 1945.

Após a guerra era preciso estabelecer regras para os atores internacionais de forma a evitar conflitos como a Segunda Guerra, que foi muito além dos campos de batalha.

Em 1945, representantes de 50 países reuniram-se em São Francisco na Conferência das Nações Unidas sobre a Organização Internacional de elaborar a Carta das Nações Unidas. Os delegados deliberaram sobre as propostas elaboradas pelos representantes da China, da União Soviética, do Reino Unido e dos Estados Unidos em Dumbarton Oaks, Estados Unidos em agosto-outubro 1944. (United Nations, s.d.)

Estabelecida para gerir a ordem internacional após a Segunda Guerra Mundial, a ONU rapidamente se encontrou paralisada pela guerra fria, e apenas proporcionou um satisfação parcial. (Boniface, 1997, p. 36)

Mais tarde, a ONU para colmatar as constantes violações das relações internacionais solicita o estudo da codificação das relações e das imunidades diplomáticas, é então convocada a Conferência de Viena sobre Relações e Imunidades Diplomáticas (1961), em Portugal a Convenção de Viena entra em vigor a 27 de março de 1968.

Com o objetivo de complementar a Convenção de Viena de 1961 surge em 1963 a Convenção de Viena sobre Relações Consulares, em Portugal entra em vigor a 17 de maio de 1973.

Após o 25 de abril de 1974, era necessário fazer alterações à legislação em vigor, nomeadamente atualizar: estatuto profissional dos funcionários do quadro do serviço

² Decreto-lei N°48295 de 27 de março de 1968, DR.

³ Decreto-lei N°183 de 17 de maio de 1972, DR.

diplomático. Portugal mais tarde assinou o tratado de adesão à CEE e apenas em 1992 surge a nova legislação que regula a carreira diplomática.

O século XXI trouxe consigo dificuldades acrescidas, a comunicação é cada vez mais rápida, vemo-la acontecer de forma instantânea.

O poder político enfrenta agora inimigos invisíveis aos seus olhos, as guerras travadas mudaram o campo de batalha, e agora qualquer pessoa com computador pode iniciar uma batalha a partir de casa.

O 11 de setembro de 2001 marcou e acordou um mundo adormecido, o corpo político de cada país tem agora neste século adaptar-se às mudanças radicais, e ao avanço tecnológico. Agora as guerras são outras e é preciso medir cada palavra, cada gesto, a tecnologia o que trouxe de bom também trouxe de mau, e é necessário estar bem informado para poder acompanhar os tempos sem cair nas teias negras da tecnologia.

2.4. O Diplomata Português: Estatuto, Direitos e Deveres(IPRI)

2.4.1. Organização da carreira diplomática

A carreira diplomática sofreu alterações práticas significativas ao longo dos anos, mas ao nível da estrutura da carreira as mudanças não foram muitas, os três últimos diplomas foram os mais importantes e decisivos que ainda hoje são seguidos pelos intervenientes:

- Decreto-lei nº 47 331 de 1966 de 23 de novembro –Determina a Lei orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Decreto-lei nº 48 295 de 1968 de 27 março – Convenção de Viena sobre a representação dos Estados e as relações com outros atores internacionais;
- Decreto-lei nº79/1992 de 6 de maio - Aprova o Estatuto da carreira diplomática;
- Decreto-lei nº 40-A/1998 de 27 de fevereiro – Aprova o Estatuto da carreira diplomática.

A carreira diplomática sofreu influências do contexto político, histórico, social, jurídico e económico.

Focando nos 3 últimos diplomatas que orientaram a carreira diplomática nota-se as influências das várias áreas.

Em 1966 surgiu o Decreto nº47 331 com a orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros e onde emergem regras que regem a carreira diplomática, nas leis modernas as regras consolidaram-se num só diploma, até este diploma eram leis que iam sendo criadas conforme havia a necessidade de colmar lacunas.

É notório como o poder social e o contexto político que se vivia na época era rígido, apenas quem tinha licenciatura em Direito, História, Filosofia, Economia, Finanças ou pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina ou licenciatura numa escola superior no estrangeiro. Este diploma tinha também um artigo que o distingue dos demais quanto a especificidades na carreira diplomática: a) os funcionários tinham que pedir autorização ao ministro para casar; b) e os funcionários casados com estrangeiras não podiam exercer no país de origem da esposa.

A partir de 1975 as mulheres foram admitidas na carreira diplomática, até aí não podiam ingressar na carreira diplomática.

O diploma de 1992 surge com o objetivo de atualizar o estatuto profissional dos funcionários do quadro do serviço diplomático, a anterior legislação estava desatualizada e dada a especificidade das funções, as alterações das funções do Ministério dos Negócios Estrangeiros a partir de 1974, assim como a entrada de Portugal na comunidade europeia, houve a necessidade de *definir de forma sistemática os mecanismos de funcionamento da carreira diplomática*. Neste diploma já foram classificados os postos diplomáticos com o objetivo de auxiliar na colocação, na transferência e nos direitos associados aos postos.

A classificação é feita tendo em consideração:

- As condições e a qualidade de vida do país onde está o posto;
- Distância e isolamento;
- Riscos para a saúde e segurança.

A classificação é feita por **A**, **B** e **C**.

A legislação de 1998 tem 2 objetivos:

- Facilitar a gestão de recursos humanos numa área tão específica como é o caso;
- Salvaguarda os interesses dos funcionários, aos quais é exigida elevada responsabilidade na defesa dos interesses do estado.

2.4.2. Principais Funções do Diplomata

O que define as funções diplomáticas são os desafios com que o diplomata se depara, e o Estado é quem decide quais as funções que quer dar mais ênfase em cada posto diplomático e consular.

Os postos diplomáticos e consulares estão divididos da seguinte forma:

- Missões Diplomáticas;
- Consulados;
- Serviços e Missões Oficiais no Estrangeiro:
 - Permanentes;
 - Temporárias.

As funções apesar de serem iguais para todos os serviços, há determinadas funções que assumem maior relevância conforme a cidade onde estão e as necessidades.

A Missão Diplomática tornou-se um dos instrumentos de manutenção da paz e da segurança internacional, pelo meio dos desenvolvimentos, entre os Estados, das relações económicas, comerciais, científicas, culturais etc. (Sicari, 2007, p. 113)

I. Representação

Quando se fala de representação a propósito da diplomacia pensa-se logo, certamente, na representação de carácter social ou mundana (Almeida, 2004), a representação ao nível mais social situa-se na capital do país que acolhe, mas a representação passa também pela representação do país na componente comercial.

Como expresso anteriormente a representação do Estado começou pelos comerciantes, e continua até aos dias de hoje.

É o conjunto das atuações do agente diplomático que tem um carácter puramente representativo, ou seja, de simples afirmação de presença ou responsabilização do Estado em nome do qual atua (Magalhães J. C., 1996, p. 24).

Como a própria palavra sugere é a representação e responsabilização do funcionário diplomático em nome do Estado que representa, perante o Estado recetor.

II. Informação

É uma das atividades principais do agente diplomático. Trata-se de uma atividade vastíssima cujos limites são traçados apenas pelo interesse ou necessidade que o Estado que envia o agente diplomático tem em conhecer certos aspetos da vida do Estado junto do qual esse agente diplomático foi acreditado (Magalhães J. C., 1996, p. 25).

III. Negociação

A negociação internacional, numa noção muito genérica, traduzir-se-ia nos contatos entre Estados para concertarem entre si a realização de interesses comuns e recíprocos. Em sentido mais restrito, a negociação internacional seria a concertação entre Estados para se chegar a um acordo, geralmente escrito, sobre qualquer problema específico (Magalhães J. C., 1996, p. 29).

Com cada vez mais atores na esfera internacional a negociação é umas das funções que assume maior importância na carreira diplomática, no caso das missões diplomáticas e consulares, o enviado do Estado tem de ser aceite pelo Estado recetor e aí começa a negociação entre Estados.

Cada vez mais os tratados são multilaterais e para defender os próprios interesses perante os vários atores internacionais, é necessário mostrar e desenvolver a capacidade de negociação para gerir os objetivos de cada um e culminar na assinatura de um tratado que satisfaça todos os intervenientes.

Um dos objetivos do funcionário enviado é conseguir negociar de forma a proteger os interesses do seu país.

2.4.3. Elementos acessórios ou complementares

IV. Promoção

Pode ser entendida num sentido muito amplo, o que levaria a fazer nele caber praticamente toda a atividade diplomática, ou num sentido mais restrito, que é aquele que adotamos, e que se pode definir como o conjunto das ações exercidas pelo agente diplomático no sentido de criar ou incrementar certo tipo de relações entre Estado acreditante e o Estado recetor. A promoção pressupõe, por conseguinte, a iniciativa e a impulsão (Magalhães J. C., 1996, p. 37).

A promoção do país de origem junto do recetor é uma forma de mostrar o outro lado de um país, através de pequenos pormenores, por exemplo as embaixadas que têm residência e têm produtos típicos portugueses e quando recebem convidados mostram os produtos, dão a conhecer o nosso país de uma forma subtil, mas que pode ter um grande impacto.

V. Proteção

Num sentido restrito, consistindo, por um lado, na proteção certos interesses específicos do Estado acreditante e, por outro lado, na proteção genérica dos interesses do cidadãos do Estado acreditante junto do Estado recetor (*Magalhães J. C., 1996, p. 38*).

A proteção dos interesses e dos cidadãos no país recetor é uma das funções mais importantes.

VI. Extensão externa do serviço público

Os cidadãos de um determinado Estado, quando se encontram no território de outro Estado, a título permanente ou transitório, têm por vezes necessidade de recorrer aos serviços públicos nacionais para o exercício dos seus direitos ou o cumprimento das suas obrigações. Para esse efeito as missões diplomáticas e os consulados estão autorizados legalmente a atuarem a favor dos respetivos nacionais em lugar de certos serviços públicos fundamentais, como sejam o registo civil, o notariado, recenseamento eleitoral, o serviço militar, a emissão de passaportes e outros documentos, etc. (Magalhães J. C., 1996, p. 39)

O serviço público disponibilizado aos cidadãos num Estado recetor é de grande importância, os cidadãos têm necessidades a nível legal e recorrem a estes serviços nos postos diplomáticos e consulares.

2.5. Transformação da diplomacia

2.5.1. Globalização

No início dos anos 60, o canadiano McLuhan inventou a expressão “aldeia global”. Trinta anos mais tarde, ela parece ter-se tornado realidade graças aos novos suportes de troca da informação: redes hertzianas, cablagem, fibra ótica, sistemas de satélites, “autoestradas da informação”, etc. A criação, no início dos anos 80 da CNN, rede mundial

de informação contínua, permitindo ver em direto os acontecimentos que se desenvolvem em todo o mundo, simboliza esta evolução. (Boniface, 1997, p. 42)

A convergência, a homogeneização ou mesmo a uniformização dos modos de vida fazem emergir uma cultura universal: linguística (anglo-americana impõe-se nas trocas internacionais e o seu vocabulário penetra e transforma o das outras línguas), televisiva (as mesmas séries, frequentemente americanas, são difundidas por todas as televisões do mundo), musical, relativa ao vestuário, alimentar (McDonalds's e Coca Cola são consumidos em todas as latitudes), ou desportiva (Jogos Olímpicos, Campeonato do Mundo de Futebol), etc. esta convergência não se faz, sem choques, rejeições, reações de identificação. (Boniface, 1997, p. 42)

*Globalização é uma nova palavra que descreve um processo antigo: integração da economia global que começou verdadeiramente com o início da era colonial europeia, há cinco séculos. Mas o processo acelerou-se ao longo dos últimos vinte e cinco anos com a explosão da tecnologia informática, o desmantelamento das barreiras comerciais e a expansão do poder económico e político das empresas multinacionais citação de Wayne Ellwood, *the No-Nonsense Guide to Globalization* (London: verso, 2001), p. 12 (Landes, 2003, p. 133)*

*A economia mundial é um conjunto de mercados, espalhados pelo planeta e, no entanto, integrados uns nos outros. A mundialização é o processo através do qual um número cada vez maior de mercados se integra ao nível mundial, ao ponto de englobar o conjunto de tudo que é transacionável (F. Crozer, “ De la Mondialisation”, *Historiens et Géographe*, nº 378(2002):231) (Landes, 2003, p. 133)*

E, no entanto, a globalização é tudo menos nova. Na sua essência é a difusão mundial de instituições ocidentais, capitalistas, de tecnologia moderna e económicas e, como tal, tem centenas de anos, tendo origens pelo menos no fim do século XV e na abertura dos mares aos navios europeus, pretende-se ver isto como um fenómeno económico e comercial. Eu pretendo vê-lo como um processo histórico, a consequência da discrepância entre os que vão à frente e os que ficam para trás. (Landes, 2003, p. 135)

A globalização tem sido um dos mais importantes fatores na difusão de conhecimento e do escape ao atraso. (Landes, 2003, p. 135)

Parte da oposição vê a globalização como um instrumento dos ricos para retirar, até mesmo aos residentes dos países industrializados, os benefícios que estes foram adquirindo ao longo de décadas e gerações. Uma vez que a abertura dos mercados implica inevitavelmente um reforço da competição, os empresários e os investidores veem aqui uma possibilidade não só de exportar trabalho e capital, como também de no seu país reduzir o emprego, os salários e os benefícios sociais. (Landes, 2003, p. 143)

Albrow (1990), é um pioneiro quanto ao tema da globalização, para o autor globalização : *refere-se a todos os processos pelos quais os povos do mundo são incorporados numa sociedade mundial única, a sociedade global. (Rantenen, 2005, p. 7)*

Giddens (1990) tem uma definição mais neutra para a globalização : *intensificação das relações sociais mundiais, que ligam sítios distantes de tal forma que os acontecimentos locais são moldados por eventos que ocorrem a milhas de distância e vice-versa (Rantenen, 2005, p. 6).*

Robertson (1992) escreve que: *a globalização como conceito refere-se à compreensão do mundo e ao aumento da consciência do mundo como um todo (Rantenen, 2005, p. 7).*

Thompson (1995), que se concentra mais na comunicação e cultura do que Giddens, é mais explícito sobre o papel das comunicações, embora, como Giddens ele não os menciona especificamente. Ele escreve: *Globalização. . . refere-se à crescente interligação de diferentes partes do do mundo, um processo que dá origem a formas complexas de interação interdependência (Rantenen, 2005, pp. 6-7).*

Waters (1995) define a globalização como: *um processo social com condicionalismos geográficos a nível social , e diminuição dos planos culturais e onde as pessoas se tornam cada vez mais conscientes do seu afastamento (Rantenen, 2005, p. 7).*

David Held (1999), diz-nos que globalização é nada menos que *o alargamento, aprofundamento e a aceleração da interconexão mundial em todos os aspectos da vida social contemporânea – e não apenas trocas de informação (Moisés, 2009).*

Lull (2000) considera que a globalização *é um conjunto complexo de interações e muitas vezes de compensação humana, material, e correntes simbólicas que levam à diversificação, ao posicionamento da cultura heterogénea e costumes, que persistem e muitas vezes modifica os sectores sociais, políticos e culturais já estabelecidos (Rantenen, 2005, p. 7).*

Segundo Isaac Prilleltensky (2012) *a globalização é sobre a transmissão de pessoas, processos e produtos de uma parte do mundo para a outra. Os autores (Jacoby & Meunier, 2010) são da mesma opinião para eles a globalização é o aumento de fluxos de bens, serviços, capital, pessoas e informações através das fronteiras.*

Cada um dos autores citados tem a sua perspetiva de globalização conforme a área de especialização, mas todos estão de acordo a globalização é a interligação de todos os pontos do globo de forma quase instantânea, e essa interligação implica a interação de pessoas, culturas, processos que tornam as fronteiras quase impercetíveis.

Pessoalmente considero a definição de Albrow (1990), a definição que melhor define globalização, não se limitando a uma área englobando assim todas.

Jaime Gama (2001) refere no seu discurso na Conferência na Casa da América que *a globalização veio realçar a validade universal da democracia e da economia de mercado como bases mais adequadas para o desenvolvimento harmoniosos das sociedades e das relações internacionais (Gama, 2001, p. 305)*

Apesar da intensificação das trocas de todo o tipo (económicas, financeiras, humanas, etc.,) a “aldeia planetária” permanece um mito. Muitos acontecimentos foram ignorados pelas máquinas de filmar da CNN. Milhões de indivíduos, das “terrae incognitae”, ficaram à parte ou foram mesmo marginalizados por este processo. (Boniface, 1997, p. 43)

A globalização aproximou o mundo e usando a expressão que originou todo o processo tornou-se numa *Aldeia Global*, tudo é visto de forma quase instantânea sem margem de erro, é por isso mais difícil controlar a informação ou qualquer outra situação que ocorra.

Há cinco mecanismos usados na gestão da globalização por parte da Europa, que são (Jacoby & Meunier, 2010, pp. 304-305):

- I. Extensão das políticas de desenvolvimento;*
- II. Exercer influência reguladora;*
- III. Habilitar as instituições internacionais;*
- IV. Ampliar a influência da União Europeia a nível territorial;*
- V. Redistribuir os custos da globalização.*

A Europa aposta na regulação dos princípios económicos cada vez mais exigentes, e a sua abrangência com regras muito detalhadas para não haver lacunas.

2.5.2. Tecnologia e segurança

A tecnologia mudou o mundo, o processo para a globalização teve uma grande evolução com o aparecimento da internet e aliás há autores que defendem que a globalização é uma das consequências do aparecimento da internet.

O mundo com a tecnologia está interligado e permitiu muitos avanços em áreas importantes como a medicina, mas por outro lado a tecnologia também diminuiu a segurança.

Um exemplo de como a tecnologia e a segurança ou a falta de segurança está na guerra, agora as guerras que antigamente eram num campo de batalha agora passaram para os

computadores, qualquer pessoa pode enviar uma bomba a partir do seu computador do outro lado o mundo.

A tecnologia e a segurança são dos principais desafios que os diplomatas mundiais têm a tratar, mesmo com regras rígidas estas são transpostas e levam-nas aos limites.

2.6. Direitos Humanos

A 10 de dezembro de 1948 era assinada a Declaração dos Direitos do Homem (ANEXO I) , resolução 217 A(III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, no preâmbulo pode-se ler: A ASSEMBLEIA GERAL proclama a presente Declaração dos Direitos do Homem como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de carácter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição. (UNESCO, 1948)

Cada vez mais os indivíduos, em todos os continentes, estão conscientes de que têm direitos originários, independentemente da sua raça, ou civilização, anteriores e superiores aos Estados, que estes devem reconhecer e são obrigados a respeitar. O progresso da consciencialização destes direitos da pessoa humana é um dos factos mais relevantes da segunda metade do século XX. (Gama, 2001, pp. 239-240)

A derrocada da URSS provocou uma espetacular concentração dos ex-países comunistas na leitura liberal dos Direitos do Homem, materializada pela Carta de Paris para uma Nova Europa (1990). Esta concentração deixa entrever uma “nova ordem internacional” fundada sobre o direito. Os Ocidentais viram nesta evolução uma razão para reforçar a sua política em matéria dos Direitos do Homem. (Boniface, 1997, p. 56)

2.7. Serviço da Ação Europeu de Ação Externa

2.7.1. Europeização da diplomacia

A União Europeia é, a seu modo, um instrumento de resposta à globalização – não apenas um mercado livre, mas uma União Económica e Monetária sob a orientação de uma União Política a que não falta igualmente a dimensão da coesão económica e social. (Gama, 2001, p. 306)

A UE usa a sua maior “arma” que é a união de 28 países, que têm mais força internacionalmente do que se atuação fosse individual, *esta convergência de diferentes posições nacionais para uma “posição comum europeia” parece ter sido induzida pelo processo de Cooperação Política Europeia – CPE (EPC – European Political Cooperation) nascido nos anos 70 e que antecedeu a PESC. (Abreu, 2006, p. 3)*

No plano externo, a União Europeia vem fazendo uso de dois instrumentos de grande relevância para reforçar a segurança internacional: a diplomacia preventiva e a cooperação económica. (Gama, 2002, p. 192)

2.7.2. Diplomacia em rede

Com a disponibilidade de instrumentos cada vez mais rápidos no âmbito das comunicações internacionais, também a diplomacia usufruí destes instrumentos para se comunicar.

Os Diplomatas têm sido particularmente envolvidos com as mais recentes exposições do Wikileaks. Isto é em parte porque esses vazamentos invadiram um santuário interior da diplomacia - a área de comunicação. *(Camilleri, 2011)*

Se anteriormente havia falhas na comunicação agora, com essa era ultrapassada a questão está na comunicação feita no espaço da diplomacia.

Com a entrada de novos atores na área da diplomacia, os diplomatas viram-se compelidos a usar outras formas de comunicação e comunicar-se com outros diplomatas, tiveram que acompanhar as mudanças.

O desenvolvimento de uma mais ampla rede diplomática que permite a participação de novos agentes diplomáticos que não se encaixam no sistema de Westfália de Estados-nação. (*Schmidt, 2014, p. 9*)

3. Os Desafios Contemporâneos da Diplomacia Portuguesa

3.1. Introdução

O mundo contemporâneo trouxe-nos adversidades com as quais os diplomatas têm de lidar e dar resposta quase instantânea.

3.2. Objetivos e Hipóteses

O objetivo do trabalho, numa primeira etapa consiste em identificar os principais desafios que os diplomatas encontram no decorrer do seu trabalho no Posto Diplomático.

Numa segunda etapa, o trabalho tem como objetivo identificar soluções para ultrapassar os desafios encontrados.

Com base no que foi exposto anteriormente, é essencial que os diplomatas se adaptem à realidade e reajam às adversidades que advêm do mundo atual.

A opção metodológica é crucial para poder dar respostas aos objetivos propostos, por conseguinte o método científico que melhor se enquadra na problemática é a metodologia qualitativa, uma vez que era pretendido estudar os desafios e as soluções para os desafios contemporâneos da diplomacia portuguesa.

Neste trabalho identifiquei cinco dos principais desafios do mundo contemporâneo no âmbito da diplomacia e como o diplomata.

3.2.1. Terrorismo

Terrorismo é uma forma extrema de ação política, o terrorismo é um preâmbulo ou um substituto da guerra. (Boniface, 1997, p. 54)

O terrorismo, que pode ser utilizado por todas as causas (ideologias políticas, religiões, lutas pela independência), obedece a certos ciclos. (Boniface, 1997, p. 55)

O conceito de terrorismo ficou mais presente entre a sociedade a partir do 11 de Setembro, é uma realidade com que todos estão familiarizados.

Os diplomatas têm de dar resposta imediata quando ocorre alguma situação que envolva atos de terrorismo por parte dos grupos radicais, e é essa resposta rápida para a qual os diplomatas também se preparam.

3.2.2. Revolução tecnológica e a Comunicação Social

As novas tecnologias estão intrínsecas na maioria das pessoas, e trouxe-nos novas opções e com melhorias.

A diplomacia evoluiu muito com a revolução tecnológica, a Internet trouxe vantagens à comunicação internacional, a troca de impressões entre líderes mundiais é agora facilitada.

A tecnologia não trouxe apenas evolução na comunicação também em questões como a evolução do armamento, este também é um dos desafios com o qual os diplomatas deparam, a tecnologia é um “pão de dois bicos”.

Karen Hughes, disse que, ao contrário da época de a Guerra-fria, hoje, *há uma explosão de informações e ninguém está com fome de informação. Nós agora estamos competindo por atenção e para a credibilidade em um momento em que rumores pode desencadear tumultos, e informação, se é verdadeiro ou falso, se espalha rapidamente em todo o mundo, através da internet, literalmente em instantes. (Citado em (Nakamura & Epstein, 2007, pp. CRS 9-10))*

A diplomata Condoleeza Rice no seu discurso sobre a diplomacia transformacional:

Gostaria de definir o objetivo da diplomacia transformacional desta forma: para trabalhar com nossos muitos parceiros em todo o mundo, para construir e sustentar Estados democráticos e bem governados que respondam às necessidades do seu povo e conduzir-se de forma responsável no sistema internacional. Deixe-me ser clara, a diplomacia transformacional está enraizada na parceria; não no paternalismo. (Rice, 2006)

Além dos casos em que a crise na diplomacia tem de ser conduzida através das culturas, crises dos atores internacionais pode resultar de uma falha de comunicação intercultural, que é diferente. Em tais casos, não há diplomacia pública construtiva, mas sim destrutivo anti-diplomacia pública. Dois novos recursos destacam-se em crises de comunicação intercultural:

- Os limites entre o interior (nível nacional) e do exterior (nível internacional) são riscadas como minorias apelar para populações ultramarinas;

- A crise é agravada pela revolução na tecnologia da informação e meios de comunicação que caracteriza a nossa era. (Cohen, 2011, pp. 11-12)

3.2.3. Fluxos migratórios

O fenómeno migratório tornou-se um elemento essencial das relações internacionais: uma grande maioria dos Estados está doravante envolvida. (Boniface, 1997, p. 48)

O fenómeno migratório reveste, após o início do século XX, uma importância política tal que todos os Estados se dotam, conforme as épocas, de políticas específicas a esse respeito. No século XIX, a liberdade de migrar de um Estado para outro era total. No século XX, as crises económicas, os regimes políticos autoritários ou as democracias protecionistas vieram limita-la seriamente, ou pelo menos regulamentá-la. (Boniface, 1997, p. 48)

*As maiores ameaças agora emergir mais no interior dos Estados do que entre eles.
(Rice, 2006)*

*Nós também iremos colocar nova ênfase nas nossas estratégias regionais e transnacionais. No século XXI, as regiões geográficas estão crescendo cada vez mais integradas economicamente, politicamente e culturalmente. Isso cria novas oportunidades, mas também apresenta novos desafios, especialmente contra ameaças transnacionais como o terrorismo e a proliferação de armas e o tráfico de drogas e o tráfico de pessoas e doenças.
(Rice, 2006)*

3.2.4. Diplomacia transformacional

Muitos especialistas em relações internacionais acreditam que o sistema internacional está a passar por uma transição importante afetando sua própria natureza. Para os indicadores dessa mudança, eles apontam para o fim do mundo bipolar da Guerra Fria, a mudança da natureza da Estado-nação em que o sistema internacional existente baseia-se, a ascensão de novas relações do poder nacional, bem como o crescimento do número e do papel dos atores não-estatais participantes na arena internacional. (Nakamura & Epstein, 2007, pp. CRS-2)

Os especialistas pediram o reforço da segurança de mensagens dos EUA e nas missões internacionais, o dimensionamento correto dos postos com base em interesses norte-americanos num particular país e um reajuste contínuo como as necessidades da alteração política, a melhoria das oportunidades de formação em termos de competências em línguas estrangeiras e trabalho relacionado formação e à modernização das comunicações / tecnologia da informação no Departamento de Estado e as suas mensagens e missões no exterior. (Nakamura & Epstein, 2007, pp. CRS-3)

Cinco objetivos diplomacia transformacional:

- I. Paz e Segurança;*
- II. Governação justa e democrática;*

III. Investir nas pessoas;

IV. Crescimento Económico e;

V. Assistência Humanitária. (Nakamura & Epstein, 2007, pp. CRS-6-7)

O subsecretário de Estado para Diplomacia e Assuntos Públicos, Karen Hughes, disse que, ao contrário da época da Guerra Fria, hoje, "há uma explosão de informações e ninguém está com fome de informação. Nós agora estamos a competir por atenção e para a credibilidade num momento em que rumores podem desencadear tumultos, e a informação, se é verdadeira ou falsa, espalha-se rapidamente em todo o mundo, através da internet, literalmente em instantes. "
(Nakamura & Epstein, 2007, pp. CRS-9-10)

4. Recomendações

4.1. Formação

Em Portugal a formação dos diplomatas abrange várias áreas de atuação, é uma forma de preparar os diplomatas para os desafios encontrados no Posto Diplomático e Consular, na tabela seguinte estão as matérias lecionadas no Curso de Transição para Posto Diplomático e Consular:

- Adesão EU à Convenção Europeia dos Direitos Humanos;
- AICEP- abordagem de mercados internacionais(comerciais) e Pequenas Médias Empresas;
- Arquivo Biblioteca;
- Camões Línguas;
- Candidatura a Organizações Internacionais e Portugueses em Organizações Internacionais;
- Diplomacia Cultural;
- Economia digital;
- Estratégia e Crescimento Azul da União Europeia;
- Evolução Económica Internacional;
- Financiamento dos Bancos Multilaterais;
- Imunidades Privilégios;
- Informação - ferramenta estratégica - Apresentação PORDATA;
- Informação - ferramenta estratégica - empresários portugueses na Diáspora;
- Inspeção diplomática e consular;
- Investimento Estrangeiro;
- Matérias Classificadas;
- Mercado Único Desafios;
- Nova política- Geo-energia;
- Novo regulamento consular;
- Política energia e clima para 2020-2030;
- Portal Diplomático;

- Principais assuntos competências da Direção de Serviços para os Assuntos de Segurança e Defesa e posição Portuguesa;
- Principais assuntos competências dos Serviços das Organizações Económicas Internacionais e posição Portuguesa;
- Principais assuntos e competências da Direção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais e Posição Portuguesa;
- Redes Sociais;
- Segmento Direção Geral Administração;
- Segurança Informação;
- Situação Económica interna - Perspetiva Estratégica;
- Tráfico de seres Humanos- deteção de situações de tráfico e apoio às vítimas;
- Tráfico de seres Humanos- Enquadramento multilateral, políticas, quadro legal nacional;
- UEM- União Económica e Monetária.

Como se poderá constatar na lista acima a formação dos diplomatas abrange temas da atualidade, que vai de encontro ao já referido anteriormente, a diplomacia tem que acompanhar as mudanças.

Em relação à formação que os diplomatas devem ter, o MNE define a formação que considera mais indicada e quais as áreas que vão de encontro aos objetivos propostos, na Conferência sobre as mudanças do século XXI (College of Europe, 2011) a formação dos diplomatas foi discutida: se deveria ser geral ou específica. As conclusões a que chegaram os intervenientes é que devido aos vários atores que fazem parte da esfera internacional, às adversidades encontradas, os diplomatas devem ter uma formação geral e devem saber quando o seu trabalho pára para começar o trabalho do especialista.

O autor Hunt (2011) defende que há 5 ferramentas que os diplomatas devem dominar, são elas:

I. Comunicação intercultural, a fim de colaborar com outros atores de uma forma mutuamente proveitosa;

- II. Tomada de discurso, como muito frequentemente discursos ainda transmitir informações importantes;*
- III. Relações com os meios de comunicação (organização de conferências, conversando com jornalistas, dando entrevistas);*
- IV. Gestão de projetos, como é vital, antes de iniciar a construção de uma campanha, para pensar sobre as suas prioridades, prazos, recursos necessários, etc.;*
- V. A TI (embora a maioria dos jovens hoje em dia são usados para isso).*

4.2. Organização

A organização e as prioridades estabelecidas pelo MNE têm de ser trabalhadas em função dos objetivos determinados.

O MNE tem de “olhar” para os portugueses emigrados e focar-se nas necessidades que estes têm. As novas tecnologias aproximaram as pessoas, mas a gestão de serviços mediante os desafios continua a ser uma questão que tem de ser trabalhada, e tem de ser feita em equipa. A europeização veio resolver algumas dessas questões de proximidade na resolução de problemas que surgem nos postos diplomáticos e consulares, mas ainda é uma premissa que tem de ser acompanhada e mais desenvolvida.

4.3. Comunicação

A comunicação no século XXI é dos principais desafios que os diplomatas enfrentam, a rapidez com que a informação é transmitida e a forma como é feita tem repercussões que têm de ser trabalhadas.

Dois dos pilares sobre os quais repousavam as democracias modernas – o progresso e a coesão social – foram substituídos por outros dois – a comunicação e o mercado -, o que mudou a sua natureza. (Ramonet, 2002, p. 19)

A diplomacia pública representa o processo de influenciar grupos e interesses de outros países, a fim de mudar o comportamento de um ator. Ela evoluiu como uma das funções mais vitais de comunicação diplomáticas, ele tem de ser conduzida de forma eficaz e plenamente integrada nas estruturas diplomáticas. Ele também se beneficia de comunicação multidirecional, uma vez que fornece a oportunidade de se envolver com os públicos estrangeiros e as partes interessadas, eventualmente, promover um diálogo aberto global. (Schmidt, 2014, pp. 10-11)

A promoção do diálogo é umas das soluções para que haja entendimento e um consenso entre as partes intervenientes, as más interpretações devido às falhas de comunicação, a diplomacia pública é baseada em uma relação complexa entre três componentes principais: *o governo, a comunicação social e opinião pública (Soroka, 2003) (GilboaI, 2008), assim sendo a comunicação social tem um papel vital na promoção do dar e receber de ideias na formação de atitudes públicas. (Gregory, 2008, p. 4)*

Para além da comunicação com os cidadãos, a comunicação com os outros atores da esfera internacional tem de ser trabalhada, ir para além dos protocolos e aproximar os intervenientes na discussão de problemas comuns.

4.4. Igualdade e inclusão

Os diplomatas encontram em posto culturas, costumes e formas de viver diferentes, a igualdade e a inclusão são uma luta tanto em Portugal como em qualquer outro país, embora para alguns países e algumas culturas seja uma realidade longínqua.

O trabalho executado, os objetivos que o MNE se propõe para cada país onde tem diplomatas em serviço tem de ser pormenorizado e e cuidadosamente elabora um plano de atuação, que não entre em conflito direto com o país de acolhimento, mas que ao mesmo tempo respeite o direito de igualdade e inclusão que um nacional teria no seu país.

4.5.Recrutamento

É no recrutamento que o percurso começa, e, portanto, é necessário fazê-lo com objetivos e áreas de trabalho específicas para cada adido.

A área de formação que outrora era limitada deixou de ser uma barreira e como tal há mais opções que devem ser exploradas aquando do recrutamento conforme a área de trabalho para o efeito.

O recrutamento deve ser cada vez mais rigoroso e mais assertivo para fazer face aos diversos desafios encontrados no percurso.

5.Estágio Curricular no Centro de Formação do Ministério dos Negócios Estrangeiros

5.1.A experiência

Importa relatar a minha experiência de estágio curricular no centro de Formação do MNE.

A minha escolha em estagiar no MNE surgiu da curiosidade de conhecer “por dentro” a instituição, visto não ser muito divulgado o trabalho feito, apenas se associa aos Postos Diplomáticos e Consulares, após as entrevistas tive a oportunidade de escolher o local que para mim poderia ser mais interessante e cativante.

O Centro de Formação foi criado nos termos do Despacho do Senhor Secretário Geral a 18 de agosto de 2012 e do Decreto Regulamentar nº 10/2012 de 19 de junho, está sob a dependência do Instituto Diplomático, tem uma equipa multidisciplinar que atua nas áreas de: formação e-learning, formação presencial e gestão da qualidade.

O estágio teve a duração de seis meses com início a 2 de junho e terminou a 28 de Novembro de 2014, sob a supervisão da Dra. Graça Gonçalves Pereira, Coordenadora do Centro de Formação.

Durante este tempo desenvolvi atividades que estarão elencadas de seguida:

Acabar o dossier técnico pedagógico(DTP) do curso à distancia do Regime de trabalho do Pessoal dos Serviços Externos (PSE);

Verificação dos certificados emitidos para os participantes do PSE, assim como os ofícios para o envio dos mesmos aos Postos Diplomáticos no estrangeiro;

Elaboração da base de dados recolhidos no diagnóstico de necessidades para a formação e-learning;

- Apoio na elaboração/adaptação do curso de Atendimento à distância;
- Receção das inscrições para o curso de Atendimento à distância;
- Alinhamento do Manual de Notariado à distância de acordo com especificações da Dra. Graça – Coordenadora do Centro de Formação;
- Testes à plataforma Moodle de formação do MNE e do Sistema de Gestão da Formação (SIGA) aquando da instalação da nova plataforma;
- Apoio na elaboração do curso de Notariado em e-learning;
- Apoio na elaboração do curso de Vistos em e-learning;
- Emissão e preparação do envio dos certificados do curso à distância de Registo Civil e Nacionalidade;
- Elaboração do DTP dos cursos à distância de: Registo Civil, Nacionalidade, Excel-live training, Atendimento;
- Assisti Dra. Graça – Coordenadora do Centro de Formação - na elaboração das turmas para os cursos em e-learning;
- Receção das inscrições para os cursos de: atendimento, excel –live training, nacionalidade, registo civil, vistos e notariado;
- Colaboração com a Dra. Anabela Carvalho na preparação da auditoria externa no âmbito da gestão da qualidade, assim como o preenchimento dos documentos com ela relacionados;
- Elaboração das pautas de notas na plataforma moodle;
- Apoio na criação e parametrização do questionário de avaliação da eficácia da formação enviado aos Postos Diplomáticos no exterior e às entidades orgânicas internas do MNE;

- Elaboração na plataforma da avaliação de conhecimentos para o curso de atendimento;
- Tive a oportunidade de participar no curso b-learning para e-formadores na plataforma Moodle, com a duração de 34 horas.

5.2. Relação entre o estágio e os desafios contemporâneos dos diplomatas

Ao longo do estágio foi-me perceptível a importância que a formação tem para os diplomatas e como a atualidade influencia a formação proposta.

As constantes mudanças do paradigma internacional levam a que haja constantemente formação e palestras que ajudam o diplomata no seu trabalho diário é por isso importante o MNE estar constantemente ligado aos postos assim como às alterações que vão ocorrendo, para assim se preparar para atuar junto dos diplomatas.

O trabalho de *back office* elaborado em cada departamento do MNE subsidia as necessidades de formação e informação que os diplomatas têm, há, portanto, uma sinergia entre todas as áreas dentro do MNE.

6. Conclusão

O trabalho do diplomata é difícil e os desafios encontrados são transversais aos outros países, a forma como é trabalhado por cada país difere e nem sempre é eficaz, mas se o trabalho em vez de ser individual fosse em grupo os desafios encontrados seriam mais facilmente ultrapassados e até mesmo soluções poderiam ser mais eficazes se o trabalho de grupo fosse fomentado.

Ainda está intrínseco na diplomacia as convicções do passado, há resistência a um “modus operandi” diferente o que dificulta um resultado final com eficácia.

A comunicação social hoje em dia tem um papel tao importante como qualquer politico, *é uma forma de poder* (Camilleri, 2011) ,influência ideias e opiniões, e é necessário o diplomata no seu trabalho acompanhar as mudanças e trabalhar com a comunicação social como um aliado exigente.

O diplomata precisa deixar um pouco de lado a sua forma clássica de trabalho e acompanhar as tecnologias que surgem, aproveitando-as e tirando partido das potencialidades, deve ter um espirito proactivo e empreendedor.

Entrámos numa nova era com dimensões ainda mais globalizadas, na qual se torna absolutamente imperativo que a solidariedade entre Estados e a coesão no seio das Organizações Internacionais seja ainda mais efetiva, para podermos atingir o objetivo que, no fundo sempre pretendemos alcançar: um mundo mais seguro, economias em crescimento sustentado e sustentável, uma sociedade plural e aberta, respeitadora das identidades e dos direitos fundamentais, dotada de estabilidade estrutural necessária ao seu funcionamento regular e continuado. (Gama, 2002, p. 194)

Bibliografia

Abdelal, R., & Meunier, S. (Abril de 2010). Managed Globalization: Doctrine, Practice and Promise. *Journal of European Public Policy*, 17(3), 350-367.

Abreu, M. (2006). A Europeização das políticas Externas Nacionais. (U. A. Lisboa, Ed.) *Janus*.

Almeida, F. e. (2004). *Lawinter*. Obtido em 27 de dezembro de 2015, de Lawinter: <http://www.lawinter.com/2004%203%20diplomacia.htm>

Amacker, C. (20 de July de 2011). *E-International Relations Students*. Obtido em 27 de dezembro de 2015, de e-ir.info: <http://www.e-ir.info/2011/07/20/the-functions-of-diplomacy/>

Boniface, P. (1997). *Atlas das Relações Internacionais* (Segunda Edição ed.). (P. E. Técnicas, Ed., & G. R. Tinto, Trad.) Paris: Hatier.

Brito, W. (2004). *Direito Consular*. (S. IVRIDIC, Ed.) Coimbra: Coimbra Editora.

Brito, W. (2007). *Direito Diplomático* (Série A ed.). Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Cabral, J. B. (2015). Aspectos da Evolução Histórica da Diplomacia Ocidental. *Revista Universidade Federal de Pernambuco*, 61-65.

Cabral, J. B. (2015). Aspectos da Evolução Histórica da Diplomaia Ocidental. *Revista Universidade Federal de Pernambuco*, 61-65.

Camilleri, V. (2011 de February de 2011). *Diplo*. Obtido em 16 de 11 de 2015, de Diplomacy Edu: <http://www.diplomacy.edu/resources/general/diplomatic-reporting-internet-era>

Clemens, M. A. (2011). Economics and Emigration : Trillion-Dollar Bills on the Sidewalk? *Journal of Economic Perspectives*, 25(3), 83-106.

Cohen, R. (2011). Intercultural Communication Crises in Contemporary Diplomacy. *Challenges Facing the 21ST Century Diplomat: Representation, Communication, Negotiation and Training* (pp. 11-13). Bruges: College of Europe.

College of Europe. (25-26 de October de 2011). *College of Europe*. Obtido em 1 de outubro de 2015, de College of Europe: https://www.coleurope.eu/content/studyprogrammes/ird/conferences/pdf/Final_Report.pdf

Community of Democracies. (29 de abril de 2013). *A Diplomat's Handbook*. Obtido em 11 de novembro de 2015, de A Diplomat's Handbook ORG: <http://www.diplomatshandbook.org/index.html>

Copper, A. F., Heine, J., & Thakur, R. (August de 2013). *Oxford Handbooks Online*. Obtido em 15 de abril de 2016, de <http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199588862.001.0001/oxfordhb-9780199588862-e-1>

Diaz, J., & Zirkel, S. (2012). Globalization, Psychology, and Social Issues Research: An Intruduction and Conceptual Framework. *Journal of Social Issues*, 68(3), 439-453.

Diplo. (s.d.). *Diplomacy* . Obtido em 14 de novembro de 2015, de Diplomacy Edu: <http://www.diplomacy.edu/>

Doré, A. (2000). Diplomacia e Relações Comerciais entre o Oriente e o Ocidente: duas experiências do Século XIII. *Tempo*, 10, 137-158.

EEAS. (s.d.). *Europa - EEAS*. Obtido em 7 de 10 de 2015, de Europa - EEAS: http://eeas.europa.eu/background/about/index_en.htm

Etounga-Manguelle, D. (2003). Globalização e Conflito de Identidades. Em A. Friedlander, B. Warnock, B. Lomborg, C. L. Smith, D. Policarpo, D. Boubakeur, . . . S. Brenner, *Globalização: Ciência, Cultura e Religiões*. Lisboa: Dom Quixote.

Fernandes, J. P. (2013). A Diplomacia Económica Num Mundo Multicêntrico (Parte I). *Percursos & Ideias*, 5(2), 14-22. Obtido em 27 de dezembro de 2015, de obci.iscet.pt:

<http://obci.iscet.pt/wp-content/uploads/2014/03/JPTF-a-diplomacia-econ%C3%B3mica-num-mundo-multic%C3%AAntrico.pdf>

Figanière, V. d. (1881). *Quatro Regras da Diplomacia*. Lisboa: Livraria Ferreira.

Figanière, V. d. (s.d.). *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. Obtido em 18 de abril de 2015, de Instituto Diplomático: http://idi.mne.pt/images/docs/quatro_regras_da_diplomacia.pdf

Gabinete de Documentação e Direito Comparado. (s.d.). *Gabinete de Documentação e Direito Comparado*. Obtido em 25 de novembro de 2015, de GDDC - Direitos Humanos: http://direitoshumanos.gddc.pt/3_9/IIPAG3_9_14.htm

Gama, J. (2001). Cimeira do Porto - A Comunidade Ibero-Americana perante os Desafios da Globalização. Em J. Gama, *A Política Externa Portuguesa 1995-1999* (pp. 305-309). Instituto Diplomático - Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Gama, J. (2001). Discurso na 54ª Sessão da Comissão de Direitos Humanos. Em *A Política Externa Portuguesa 1995-1999* (pp. 239-242). Instituto Diplomático- Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Gama, J. (2002). Identidade, valores fundamentais, segurança, Europa, América e Mediterrâneo no pós-11 de Setembro. Em J. Gama, *A Política Externa Portuguesa 1999-2002* (pp. 191-195). Instituto Diplomático- Ministério dos Negócios EStrangeiros.

GilboaI, E. (March de 2008). Public Diplomacy in Changing World: Section One: Theorizing Public Diplomacy: Searching for a Theory of Public Diplomacy. *The Annals of The American Academy of Political and Social Science*, 616(55).

Gregory, B. (March de 2008). Public Diplomatic in a Changing World: Section Three: National Case Studies of Public Diplomacy and Commentary: Public Diplomacy: Sunrise of an Academic Field. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616(274), 1-8.

Gstohl, S. (2011). Introduction. *Challenges Facing the 21STCentury Diplomat: Representation, Communication, Negotiation and Training* (pp. 2-3). Bruges: College of Europe.

Hayes, A. C. (September de 2006). *Springer*. Obtido em 31 de maio de 2015, de Journal of Population Research: <http://link.springer.com/article/10.1007/BF03031811>

Henrikson, A. (2011). The Challenge of Integrating Multiple Issues Into Coherent Diplomacy. *Challenges Facing the 21 Century Diplomat: Representation, Communication, Negotiation and Training* (pp. 20-21). Bruges: College of Europe.

História de Portugal em datas. (1994). História de Portugal em Datas. Em A. S. Rodrigues. Círculo de Leitores.

Hunt, A. (2011). The Challenge of Modern Public Diplomacy. *Challenges Facing the 21 Century Diplomat: Representantion, Communication, Negotiation and Training* (pp. 10-11). Bruges: College of Europe.

Institute for Cultural Diplomacy. (s.d.). *ICD*. Obtido em 14 de novembro de 2015, de Cultural Diplomacy Org: <http://www.culturaldiplomacy.org/index.php?en>

Instituto Rio Branco. (s.d.). *Instituto Rio Branco*. Obtido em 27 de dezembro de 2015, de mre.gov.br: <http://www.institutorio Branco.mre.gov.br>

Jabko, N. (22 de March de 2010). *Tandfonline*. Obtido em 10 de maio de 2015, de Journal of European Public Policy: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13501761003662081>

Jabko, N. (2010). The Hidden Face of The Euro. *Journal of European Public Policy*, 318-334.

Jacoby, W., & Meunier, S. (2010). Europe and the Management of Globalization. *Journal of European Public Policy*, 17(3), 299-317.

Jacoby, W., & Meunier, S. (22 de March de 2010). *Tandfonline*. Obtido em 8 de maio de 2015, de *Journal of European Public Policy*: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13501761003662107>

Kissinger, H. A. (1994). *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster.

Klavins, D. (fevereiro de 2012). *Tokyo Foundation Org*. Obtido de <http://www.tokyofoundation.org/sylff/wp-content/uploads/2013/03/df167deba2dda4fb19d23be1c62e2400.pdf>

Kurbalija, J. (2011). Training for E-Diplomacy. *Challenges Facing the 21 Century Diplomat: Representation, Communication, Negotiation and Training* (pp. 15-16). Bruges: College of Europe.

Landes, D. S. (2003). Globalização, uma História Antiga e Nova. Em F. C. Gukbenkian, *Globalização: Ciência, Cultura e Religiões* (pp. 133-146). Lisboa: Dom Quixote.

Magalhães, J. C. (1996). *Manual Diplomático - Direito Diplomático e Prática Diplomática* (3ª ed.). (B. Diplomática, Ed.) Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Magalhães, J. C. (s.d.). *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. Obtido em 18 de abril de 2015, de Instituto Diplomático: http://idi.mne.pt/images/docs/pub_completas/manual_diplomatico.pdf

Magnoli, D. (2006). *História das Guerras* (Vol. 3). São Paulo: Contexto.

Mahutga, M. C., & Smith, D. A. (2011). Globalization, The Structure of The World Economy and Economic Development. *Social Science Research*, 40(1), 257-272.

Mahutga, M. C., & Smith, D. A. (January de 2011). *Science Direct*. Obtido em 12 de maio de 2015, de Elsevier: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0049089X1000181X>

Martínez, P. S. (1992). *História Diplomática de Portugal* (Segunda Edição ed.). Lisboa: Verbo.

Moisés, N. (2009). Globalization. *JSTOR*(171), 28-34.

Nakamura, K. H., & Epstein, S. B. (23 de agosto de 2007). *Diplomacy for the 21st Century: Transformational Diplomacy*. Congressional Research Service Library of Congress, Foreign Affairs, Defense, and Trade Division, Washington D.C. Obtido em 14 de novembro de 2015, de <http://oai.dtic.mil/oai/oai?verb=getRecord&metadataPrefix=html&identifier=ADA471776>

Naumescu, V. (2015). Diplomatic Services Today: Between Political Decisions and Administrative Criteria. *Trnsylvanian Review of Administrative Sciences*, 44, 161-179.

Nielsen, P. B., & Sturgeon, T. j. (2014). Using Business Functions to Measure International Trade and Economic Globalization. *International Conference on Trade and Economic Globalization*. Aguascalientes.

O'Hara, P. (2012). Short-, Long-, and Secular-Wave Growth in the World Political Economy. *International Journal of Political Economy*, 41(1), 3-46.

Oliveira, P. A. (2006). O Corpo Diplomático e o Regime Autoritário (1926-1974). *Análise Social*, XLI, 145-166.

Prilleltensky, I. (2012). The What, Why, Who and How of Globalization : What's Psychology to Do? *Journal of Social Issues*, 68(3), 612-619.

Radunovic, V. (May de 2010). *Diplo*. Obtido em 17 de 11 de 2015, de Diplomacy Edu: <http://www.diplomacy.edu/sites/default/files/30112010141720%20Radunovic%20%28Library%29.pdf>

Ramonet, I. (2002). *Guerras do Século XXI : Novos medos, novas ameaças* (Segunda Edição ed.). (J. Martins, Trad.) Porto: Campo das Letras - Editores, S.A.

Ramos, R. (1993). *História de Portugal - A Segunda Fundação (1890-1926)* (Vol. 6). Lisboa: Estampa.

Rana, K. s. (2011). Training Diplomats as Specialists or Generalists? *Challenges Facing the 21 Century Diplomat: Representation, Communication, Negotiation and Training* (pp. 26-27). Bruges: College of Europe.

Rantanen, T. (4 de abril de 2008). *Weebly*. Obtido em 21 de maio de 2015, de soniapsebastiao.weebly.com:
http://soniapsebastiao.weebly.com/uploads/2/0/3/9/20393123/impresso_the_media_and_globalization.pdf

Rantanen, T. (2005). *The Media and Globalization*. London: SAGE Publications.

Regulamento do Instituto Rio Branco do Ministério da Relações Exteriores, Portaria N°179 (Ministério das Relações Exteriores Gabinete do Ministro 14 de março de 2014).

Rice, C. (18 de January de 2006). *Transformational Diplomacy*. Obtido em 14 de novembro de 2015, de Free Media Online:
<http://www.freediaonline.org/publicdiplomacytransformational diplomacyricejan2006.pdf>

Rodrigues, A. S. (1994). *História de Portugal em Datas*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Rosas, F. (1993). *Estado Novo: 1926-1974* (Vol. 7). Lisboa: Estampa.

Saner, R. (2011). Postmodern Economic Diplomacy. *Challenges Facing the 21 Century Diplomat: Representation, Communication, Negotiation and Training* (pp. 7-8). Bruges: College of Europa.

Schmidt, J. (November de 2014). Between Irrelevance and Integration? New Challenges to Diplomacy in the 21st Century and the Role of the EEAS. *EU Diplomacy Paper*(8).

Schmidt, J. (November de 2014). *College of Europe*. Obtido em 20 de outubro de 2015, de College of Europe: <https://www.coleurope.eu/news/eu-diplomacy-paper-8/2014-9/2014>

Schwella, E. (Jul/Set de 2005). Inovação no Governo e no Setor Público: Desafios e Implicações para a Liderança. *Revista do Serviço Público*, 56(3), 259-276.

Scott-Smith, G. (2008). Public Diplomacy in Changing World: Section Two: Tolls of Public Diplomacy: Mapping the Undefinable: Some Thoughts on the Relevance of Exchange Programs Within International Relations Theory. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616(173).

Sen, K. (July de 2013). *Science Direct*. Obtido em 13 de maio de 2015, de Elsevier: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X13000685>

Sen, K. (2013). The Political Dynamics of Economic Growth. *World Development*, 47, 71-86.

Sicari, V. R. (2007). *Direito das Relações Diplomáticas*. Belo Horizonte: Del Rey Ltda. .

Sousa, R. G. (s.d.). *Mundo Educação*. Obtido em 7 de abril de 2015, de mundoeducacao.com: <http://www.mundoeducacao.com/historiageral/congresso-viena.htm>

Taylor, A. J. (2005). *GOOGLE*. Obtido em 10 de outubro de 2015, de GOOGLE BOOKS: https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=nxCw5map13AC&oi=fnd&pg=PR5&dq=second+war&ots=b2nQOpUBrp&sig=3tFHzTe-h0gN8T7uB2y8vbKQ5P8&redir_esc=y#v=onepage&q=second%20war&f=false

Taylor, A. J. (2005). *The Origins of the Second World War*. New York: Simon & Schuster Paperbacks.

UNESCO. (10 de dezembro de 1948). *UNESCO*. Obtido de UNESCO Org: http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=31058&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

UNESCO. (s.d.). *UNESCO Portugal*. Obtido em 18 de maio de 2016, de <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/>

United Nations. (s.d.). *United Nations*. Obtido em 13 de 11 de 2015, de un.org: <http://www.un.org/en/sections/history/history-united-nations/index.html>

Vargues, I. N., Cascao, R., Araujo, A. B., & Anacleto, R. (1993). *História de Portugal Direção de José Mattoso - O Liberalismo (1807-1890)* (Vol. 5). Lisboa: Estampa.

Wanderley, L. A. (jan/abr de 2011). Globalização Contemporânea e novas Tecnologias: uma leitura Arrighiana. (UFPR, Ed.) 37(1), 33-57.

Warbrick, C. (2000). Borwnlie's Principles of Public Internacional Law: An Assessment. *European Journal of International Law*, 11(3), 621-636. Obtido de EJIL.ORG: <http://www.ejil.org/pdfs/11/3/546.pdf>

Warbrick, C. (2000). *European Journal of International Law*. Obtido em 18 de abril de 2015, de [ejil.oxfordjournals.org](http://www.ejil.org/pdfs/11/3/546.pdf): <http://www.ejil.org/pdfs/11/3/546.pdf>

Xavier, C. (5 de outubro de 2009). Globalização. *Diário Mackenzista* .

Zhu, Y. (2004). *Diplo*. Obtido em 20 de novembro de 2015, de Diplomacy Edu: http://www.diplomacy.edu/sites/default/files/IC%20and%20Diplomacy%20%28FINAL%29_Part26.pdf

Legislação

Decreto-Lei n.º 29 319, de 30 de Dezembro de 1938, in Diário da República. Lisboa.
<https://dre.pt/application/file/151066> - consult. 21 de abril de 2015

Decreto-lei nº 29 511 de 31 de março de 1939, in Diário da República. Lisboa.
<https://dre.pt/application/file/568657> - consult. 21 de abril de 2015

Decreto-lei nº 47 331 de 23 de novembro de 1966, in Diário da República. Lisboa.
<https://dre.pt/application/file/477518> - consult. 21 de abril de 2015

Decreto-lei nº 48 295 de 27 de março de 1968, in Diário da República. Lisboa.
<https://dre.pt/application/file/235006> - consult. 21 de abril de 2015

Decreto-lei nº 183 de 17 de maio de 1972, in Diário da República. Lisboa. - Consult. 21 de abril de 201

Decreto-lei nº 79 de 6 de maio de 1992, in Diário da República. Lisboa.
<https://dre.pt/application/file/500354>- consult. 21 de abril de 2015

Anexo I: Calendarização do Relatório

	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	julho
1. Tema do Trabalho										
2. Recolha e Análise de Artigos e Legislação do MNE										
3. Análise de Dados do MNE										
4. Revisão da Literatura										
5. Definição dos Objetivos do Relatório										
6. Elaboração do Enquadramento Teórico										
7. Desenvolvimento do tema										
8. Revisão do Trabalho										
9. Entrega do Relatório de Estágio										

Os Desafios Contemporâneos Da Diplomacia Portuguesa: Aspectos Essenciais